

OS TRÓPICOS NA EUROPA

*Adriano Moreira**

SUMÁRIO

Reflete sobre a colonização europeia, reconhecendo-a como dominante no processo político do século XX. Observa como os atuais processos migratórios repõem novos e velhos desafios, uma vez que foi ampliada a diversidade dos emigrantes por conta da “dependência migratória da Europa em quebra demográfica”. Conclui que “o fracionamento político do mundo, que atingiu o sistema europeu, tem como efeito colateral o fracionamento das sociedades civis”, gerando “colônias interiores” no interior dos Estados europeus, a exemplo da presença dos turcos na Alemanha. Finalmente, advoga que a questão deve ser intelectualmente assumida e estudada pelos meios acadêmicos universitários.

Palavras-chaves: globalização, migração, colonialismo, Europa, Trópico.

1- O século XX testemunhou, no seu trajeto dramático, uma violenta catarse da relação dos europeus com o mundo, pondo em causa o universo cultural da expansão, da conquista, da evangelização, da colonização, em que se empenharam gerações responsáveis pelo que hoje chamamos globalismo.

Não sucede que tenhamos uma tranqüila conceptualização desta resultante que, ao contrário, parece desencadear conflitos que tendem a desconstruir a interdependência geral a que chegaram as regiões e os povos, sem distinção.

Todavia, os símbolos da intervenção europeia, sobretudo nas regiões tropicais, foram glorificados pela referência a uma escala de valores

* Cientista político, ex-ministro do Ultramar de Portugal.

em que se misturaram sacralizações nacionais e devoções aos povos de outras etnias e culturas, com o reconhecimento de passivos que avultaram na visão desses novos mundos em relação aos europeus que por longo tempo os dominaram.

Foi esta memória do sofrimento que historicamente envolve todo o processo colonizador que mais dramatizou a violência pretendida purificadora do século passado, e assim deu carácter à descolonização acelerada a partir da catástrofe que foi a guerra de 1939-1945.

Não vamos esquecer todos os benefícios que se multiplicaram pelas trocas de valores que a colonização envolve, nem ignorar que esse processo, dinamizado pelo fato de a terra ser uma habitação comum, fez da mestiçagem uma condição de todo o gênero humano.

Mas para o tema com que brevemente inauguramos esta nova sede do Instituto, é indicado recontar o passivo, lembrar o patrimônio de queixas que esses povos colocam em evidência nas definições da sua história, das suas ideologias, dos seus programas políticos. Conviria recordar que os europeus não omitiram auto-avaliações e que nelas podem essas vozes libertadas encontrar textos inspiradores.

Nos escritos de Francisco Suárez, mais de Coimbra que de Espanha, de Luís de Molina e dos seus continuadores portugueses da Universidade de Évora, do grande Bartolomeu de Las Casas, nas denúncias de Francisco de Vitória, estão os pontos fracos enumerados pela auto-avaliação, e as recomendações para as emendas.

Sobretudo Vitória, ensinando em Salamanca, e Juan Zapata, foram os impulsionadores de uma revisão da atitude colonizadora depois das violências de Francisco Pizarro na conquista do Peru, e de Hernán Cortés na invasão do México, textos em que Luciano Pereña assentou o seu ensaio de filosofia política – “Carta Magna de los Índios” (Madrid, 1988).

O processo da colonização pelos europeus está concluído, a avaliação dos efeitos genericamente estruturada, a descolonização presidida pela doutrina da ONU enfrenta apenas limitados setores, mas a sobrevivência ideológica é evidente, estando presente em programas de governo de alguns dos novos Estados, em definições estratégicas de movimentos armados, em contradições assentes nos mitos raciais de várias sociedades civis.

É inevitável mencionar o movimento terrorista que exigiu a intervenção militar no Afeganistão, que introduziu referências a valores religiosos na sua ideologia de combate, e que obrigou a revisitar os estudos

de Toynbee que concluíram por retratar os ocidentais, na visão dos povos da Ásia, da África, e até da América, como os agressores dos tempos modernos.

De fato, a questão da presença soberana, ou proeminente, dos ocidentais nos trópicos, foi dominante do processo político do século XX, remetendo para uma densa penumbra a avaliação dos benefícios globais que resultaram dessa intervenção. O modelo português e o modelo anglo-saxônico receberam uma valoração por igual negativa da parte dos colonizados, embora o primeiro tenha feito resistir as conclusões, principalmente devidas a Gilberto Freyre, sobre as emergências que se consolidam no “mundo que o português criou”.

O certo, porém, é que a tormenta descolonizadora, que se afastou largamente das previsões otimistas dos fundadores da ONU, desenvolveu conflitos equivalentes em todas as latitudes.

Trata-se de um historial trágico em que figuram a Indochina, o Vietname, o Camboja, a Argélia, o sangrento desagregar do Império britânico das Índias, as tragédias no espaço que recorda Lawrence da Arábia, a guerra no ultramar português, a expulsão total dos europeus ali sediados, o racismo contra o branco que Mugabe ressuscitou no Zimbábue na entrada do novo milênio.

A reorganização dos modelos políticos mundiais pela descolonização, apenas mudou o quadro institucional das contradições que, orientadas por uma nova sistemática, voltam todavia a fazer reaparecer os termos de referência dos conflitos que caracterizaram o fim da colonização ocidental.

De todos os fatores que convergiram no sentido de promover a situação atual, destacamos a evolução demográfica, e os movimentos migratórios já verificados ou previsíveis.

Recorde-se que a África negra e o Próximo-Oriente são duas regiões que fizeram exceção à quebra do crescimento demográfico, embora com sinais de mudança da tendência, e que na Europa se juntaram a subfecundidade e a hiperlongevidade, dando crédito à previsão de Alfred Sauvy de que “o século XXI será o século do envelhecimento”.

A relação entre população e riqueza coloca a África negra no fim da escala das disparidades, e as grandes emigrações fornecem uma pequena válvula de escape às tensões provocadas pelas diferenças num mundo globalizado.

Nesta breve nota, sugiro a concentração das atenções na inversão

da temática clássica, que muito foi objeto de investigações nesta casa, no que toca às relações entre os trópicos e a Europa.

O sempre recordado Mestre Gilberto foi alargando o seu conceito, falando de *Lusotropicalismo*, *Iberotropicalismo*, e finalmente de *Eurotropicalismo*, quando o projeto da União Européia colocou de forma nova a relação com os trópicos.

Mas não viveu o suficiente para verificar a inversão dos termos de referência, que agora orientam no sentido de dar autonomia às questões dos *Trópicos na Europa*.

Do ponto de vista global, as previsões da ONU apontam para que entre 2000 e 2020, e em cada ano, a África negra verá aumentar o número de habitantes em vinte milhões, provocando migrações para as regiões desenvolvidas européias.

Nesta área, uma teologia de mercado, que se tornou dominante nos programas políticos, tendeu para olhar favoravelmente, sem mais considerações, para o preenchimento do déficit demográfico, para a oportunidade da mão-de-obra barata, para o descaso da justiça social.

Para além dos desequilíbrios econômicos e demográficos, a frustração das elites noutras áreas pobres, a transparência das fronteiras, as facilidades de transporte, tudo ampliou a diversidade dos emigrantes, para responder a um fato evidente: *a dependência migratória da Europa em quebra demográfica*.

De tudo resultou que o modelo europeu das sociedades de cultura homogênea, que inspiraram os Estados nacionais, fazendo esquecer o xadrez medieval das comunidades mantidas unidas pela submissão ao mesmo poder político e à legitimidade monárquica, tende para regressar ao modelo das *sociedades cosmopolitas*, com diferentes memórias recíprocas e incompatibilidades.

A teologia de mercado teve um papel determinante no fenómeno geral das migrações do sul para o norte, dos países pobres para os países ricos, e a passada estrutura colonial selecionou os destinos, definindo correntes em busca das sedes dos antigos poderes imperiais.

Trata-se de uma questão que ultrapassa as inquietações tradicionais da European Court of Human Rights com a tolerância em relação a minorias culturais de comportamento suposto desviado, porque se trata de identidades culturais, frequentemente relacionados com os mitos raciais, e que tendem para se organizar como *colônias interiores* nos países de acolhimento.

Este tema das colônias interiores, que por enquanto parece dizer respeito a discriminações urbanas, aponta para a necessidade de considerar antigas políticas de transporte das populações para regiões desfavorecidas, o acantonamento provocado ou acidental de minorias que crescem e criam uma relação específica e diferenciada com o território. Lembremos a evolução do Kosovo, onde a batalha de 15 de Julho de 1389, na qual os turcos submeteram os sérvios, ficou ligada ao nacionalismo deste país, mas cuja população se tornou majoritariamente albanesa levando à exigência da autonomia, ao separatismo, à repressão que envolveu os crimes contra a humanidade de que se ocupa o Tribunal Penal instituído para o efeito.

Até à queda do Muro de Berlim, em 1989, tratou-se sobretudo, na Europa, de africanos do Sul do Saara e de muçulmanos da bacia do mediterrâneo, aos quais se acrescentam agora os emigrantes do leste europeu. A guerra com o poder errático da al-Qaeda deu uma nova e devida relevância à emigração muçulmana, não apenas pela capacidade militar revelada, mas também pelo apelo às solidariedades religiosas.

Esta estendeu-se à África negra, e por isso o apelo procura adesões em todas as etnias que aceitam o Corão, e todas são originadas de excedentes que imigram para a Europa.

Recordemos os catorze milhões de muçulmanos instalados nos vários países da União Européia, notemos que cidades como Londres abrigam milhões de tropicais, e que cidades como Lisboa contam por muitas dezenas de milhares os emigrantes dessa origem.

Deixando agir as variáveis conhecidas, a dependência migratória vai ser acompanhada pela incompreensão entre as culturas nativas e a cultura dos emigrantes; e as crises econômicas, produzindo desemprego, chamam ao ativo os mitos raciais e a sua conflitualidade; os descendentes nacionalizados respondem mal à necessidade de contribuir para sustentar os reformados europeus; as concentrações habitacionais tornam-se preocupantes; a segurança é afetada e a confiança na autoridade deteriorada.

Uma *resposta securitária* aparece facilmente como urgente, contribuindo para aprofundar as incompatibilidades a troco de uma serenidade aparente e temporária.

Países como a Alemanha começam a servir de referência para a necessidade de organizar a investigação científica, retomando o saber posto entre parênteses pela descolonização, referente às relações com os

trópicos. Ultrapassada a circunstância imperial que exigiu atenção à temática dos europeus nos trópicos, é clara a urgência de retomar o tema, agora definido como *a questão dos trópicos na Europa*. Existem evidentes resistências, de filiação ideológica, ao retomar da temática, designadamente no que se refere à definição de uma política de população. O próprio Chanceler Helmut Kohl, que largamente se preocupou com a situação de declínio demográfico, hesitou perante a eventualidade de ofensivas que apelidaram de fascista ou de racista qualquer intervenção contendo a recepção, por ano, de uns 300.000 estrangeiros. Metas como seriam, por exemplo, “imigração zero” ou “imigração ilegal zero”, parecem fora de questão no que diz respeito a programas de governo. O espaço Schengen espera por uma lógica de governo, e entretanto a teologia de mercado é a que principalmente determina o caudal migratório, que o Estado vai legalizando. Deste modo, o fracionamento político do mundo, que atingiu o sistema europeu, tem como efeito colateral o fracionamento das sociedades civis. Depois da queda da URSS, as intituladas 24 nações da Europa passaram para 42 nações, podendo ainda crescer, por exemplo, o fracionamento do Reino Unido, da Espanha e dos Balcãs.

Internamente, as colônias interiores aceleram o regresso às sociedades cosmopolitas e freqüentemente ao modelo defensivo das *colônias interiores* de que os turcos são exemplo na Alemanha e os africanos por vários países do sul.

Tudo mostra a urgência de assumir universitariamente a questão dos *trópicos na Europa*, atando os fios abandonados das inquietações passadas. Inquietações de novo apelando ao saber dos mestres dos direitos naturais da época da expansão, agora consagrados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, e pelos tratados de execução que tantos Estados demoram a ratificar. Para que o levantamento científico da realidade nova possa encaminhar a evolução no sentido de ser fiel ao eixo da roda, que neste caso tem os direitos do homem como princípio, o desenvolvimento humano como programa, e a sociedade civil integrada como meta.

Quando a Unesco apela à meditação sobre as novas condições de exercício da cidadania, dá por adquirido que a Universidade assumirá a responsabilidade de conceptualizar as linhas duras da evolução, de perspectivar os acidentes de percurso, de contribuir para as tarefas da integração pacífica das novas sociedades cosmopolitas.

ABSTRACT

The Tropics in Europe.

Reflects upon European colonization, recognizing it as dominant in the politics process of the XX century. Observes how the currents migratory processes reconstitute the new and old challenges, since that the emigrants diversity was enlarged due to the “European migratory dependency with short demographic.” Concludes that the “politic fractionation of the world which reached the European system has as collateral effects the fragmentation of citizen societies”, generating “inferior colonies” inside European states as the Turkish in Germany. Finally, advocates that the question must be intellectually assumed and studied by intermediate of academies and students.

Key words: globalization, migration, colonialism, Europe, Tropic.

RÉSUMÉ

Les Tropiques en Europe, d'Adriano Moreira.

L'auteur évoque la colonisation européenne, la reconnaissant comme dominante dans le processus politique du XXe siècle. Il remarque comment les mouvements migratoires actuels constituent de nouveaux et d'anciens défis, une fois que fut amplifiée la diversité des immigrants à cause de la “dépendance migratoire de l'Europe en perte démographique.” Il conclut que “le fractionnement politique du monde, qui atteignit le système européen, a comme effet collatéral le fractionnement des sociétés civiles”, créant des “colonies internes” à l'intérieur des Etats européens, à l'exemple des Turcs en Allemagne. Finalement il défend l'idée que la question doit être intellectuellement assumée et étudiée par les moyens académiques universitaires.

Mots-clés: mondialisation, migration, colonialisme, Europe, Tropic.

